

Oiapoque (Amapá): Velhos Problemas com Novas Roupagens

Oiapoque (Amapá): Old Problems in New Clothes

Edson Brito¹

RESUMO

O presente artigo – desdobramento das minhas pesquisas de mestrado e doutorado – analisa as problemáticas socioambientais que impactam a sociedade no município do Oiapoque, situado no estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. A pesquisa realiza um diálogo de tempos históricos que ajuda a entender com mais profundidade a situação de invisibilidade e a ausência de políticas públicas na localidade. O trabalho situa a constituição histórica do município, trazendo para o debate temas e sujeitos invisibilizados. Do ponto de vista metodológico, a investigação articula o diálogo das evidências expressas em fontes da imprensa, dialogadas com a bibliográfica especializada sobre o tema.

Palavras-chave: Oiapoque; fronteira setentrional; povos indígenas.

ABSTRACT

This article – a development of my master's and doctoral research – analyzes the socio-environmental issues impacting society in the municipality of Oiapoque, located in the state of Amapá, on the border with French Guiana. The research engages in a dialogue of historical times that helps to understand more deeply the situation of invisibility

¹ Doutor pelo programa pós-graduado em Educação: História, Política, Sociedade, na PUC-SP, com pesquisa financiada pelo CNPq e CAPES (2012), sob orientação da professora doutora Circe Maria Fernandes Bittencourt. É mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com financiamento do CNPq (2008), sob orientação da doutora Heloísa Cruz. É Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997), com pós-graduação lato sensu (especialização) em História e Historiografia da Amazônia, pela Universidade Federal do Amapá (2000). Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal da Bahia (IFBA), atuando na docência em licenciaturas, além de orientar TCCs e monografias. Exerce ainda as funções de docente e orientador de pesquisas de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia. É palestrante, assessor em projetor artístico-educacionais, escritor premiado pela UNESCO e pela Fundação Nacional do Livro Infantil e juvenil e membro da Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas- CAIAPI/UNICAMP. E-mail: edsonb@ifba.edu.br.

and the absence of public policies in the locality, The situates the historical constitution of the municipality to the themes and subjects that have been rendered invisible. From a methodological perspective, the investigation articulates a dialogue of the evidence expressed in press sources, in conversation with specialized literature on the topic.

Keywords: Oiapoque; northern border; indigenous peoples.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo dialoga com o meu incômodo relacionado à invisibilidade e a ausência de políticas para um lugar chamado Oiapoque, município situado no estado do Amapá, fazendo fronteira com a Guiana Francesa. Destaco que ao me referir ao lugar, estou imediatamente fazendo referências às pessoas e coletivos identitários que ali vivem.

Trata-se de uma localidade densamente recoberta pela floresta amazônica e formada por uma população de muitas origens, atravessada historicamente por conflitos e marcada por um lastro enorme de ausência de políticas públicas.

Os primeiros grandes conflitos na região foram registrados no início do século XVI, quando o navegador espanhol Vicente Pinzón deixou marcas da sua incursão na localidade, com fortes indícios de conflitos que se intensificaram paulatinamente nos anos seguintes, promovendo ações genocidas, etnocidas e ecocidas. A respeito desse episódio, Santos (2001) faz a seguinte referência: “Em março de 1500, (Pinzón) navegou pelo rio Oiapoque e litoral amapaense, quando aportou para abastecer-se de água potável e acabou aprisionando 30 índios para vendê-los como escravos” (2001, p. 05).

Ao navegar pelo rio Oiapoque, é possível que Vicente Pinzon tenha passado num local onde século mais tarde foi instalado o distrito de Clevelândia do Norte, que atualmente é uma vila militar que sedia a 2ª Companhia de Fuzileiros de Selva, um quartel do Exército brasileiro que tem suas ações conhecidas como guardião da floresta naquelas terras setentrionais.

Porém, antes de tornar-se uma base militar, Clevelândia do Norte foi notícia nas capas dos principais jornais impressos do país, em especial quando deixou de ser uma vila agrícola para tornar-se um presídio, para onde foram desterrados centenas de “indesejáveis” da república (Menezes, 1996) na segunda metade da década de 1920.

Um rápido recuo no tempo e na história registrou disputas territoriais e conflitos bélicos naquela localidade, em fins do século XIX, quando o Estado brasileiro entrou em choque com a França pela disputa dos territórios fronteiriços, até que em 1º de dezembro de 1900, o Conselho Suíço pronunciou o “Laudo Suíço”, determinando o rio Oiapoque como fronteira entre as duas nações.

Atualizando a problemática, em julho de 2023, estive no Oiapoque, para colaborar/orientar nos procedimentos para a realização das consultas livres, prévias, informadas e de boa-fé nos territórios, como estabelecem a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 230/2021 e Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 454/2022. As escutas foram realizadas nas aldeias indígenas, quilombos e outros territórios de pertencimentos locais, tendo a parceria do Ministério Público do Trabalho, OIT e outros órgãos públicos.

Na condição de relator nas referidas escutas, verifiquei que a maior parte das intervenções feitas pelos moradores locais apontavam preocupações com os trabalhos realizados pela Petrobras na região. Numa rápida busca por notícias sobre o tema “petróleo no Oiapoque”, encontrei a seguinte narrativa:

A possível exploração de petróleo e gás pela Petrobras na margem equatorial brasileira promete transformar a realidade do Amapá, principalmente de uma pequena cidade chamada Oiapoque, onde as operações logísticas na cadeira offshore deve ocorrer, impulsionando a economia local e posicionando o estado como um novo pólo de desenvolvimento energético. Assim como Macaé experimentou um crescimento exponencial nas últimas décadas devido à exploração da Bacia de Campos, Oiapoque pode seguir uma trajetória similar, tornando o Amapá um dos estados mais ricos do Brasil.²

O entusiasmo das matérias da imprensa e as empolgadas declarações das autoridades sobre a produção do petróleo não convergiam com os sentimentos de medo, angústia e abandono dos indígenas, quilombolas, agricultores e outros agentes sociais que vivem na localidade. Quando

² Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/amapa-sera-a-nova-macae-devido-a-exploracao-da-margem-equatorial-pela-petrobras/>.

os helicópteros da empresa sobrevoam intensamente os territórios desses povos, levando e trazendo os técnicos e especialistas “de fora”, eles (os povos da floresta) estão procurando uma resposta para a praga da mandioca que se desenvolveu e se alastrou na região, devastando a principal fonte de renda e de alimentação, exatamente quando os projetos petrolíferos avançam.

Poucas pessoas no Oiapoque conhecem os conflitos de fronteira com a França no passado, um número menor ainda conhece a história do presídio de Clevelândia do Norte, assim como poucos sabem detalhes sobre o projeto petrolífero na costa setentrional. Povos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas, pescadoras, extrativistas artesanais e pesquisadores que vivem, cuidam e pesquisam a região estão preocupados com o risco de vazamento de petróleo e os possíveis impactos do projeto no bioma.

O grande problema que investigo e exponho nos parágrafos seguintes é o abandono histórico da região e dos povos que habitam aquelas terras fronteiriças. Abandono histórico que causa conflitos, sentimentos de impotência diante da ausência de políticas públicas e do avanço dos grandes projetos desenvolvimentistas, que sequer batem nas portas para pedir licença para entrar.

É a repetição de um planetário de erros e descasos do poder público, colaborando para fragilizar o sentimento de brasilidade daqueles que têm garantido a unidade do território nacional e a proteção da floresta.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o estudo está fundamentado nas pesquisas de mestrado e doutorado que realizei, intitulados “Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa” (2008) e “A escola dos índios Karípuna na aldeia do Espírito Santo (Oiapoque) e o ritual do Turé: uma história da resistência indígena” (2012), respectivamente, bem como nas observações que realizo durante as idas na localidade para visitar a família ou para executar projetos e formações. Importa informar que acompanho sites e notícias e as pesquisas acadêmicas realizadas sobre as problemáticas da região.

2 A TERRA QUE DEUS ESQUECEU

O título acima foi retirado de uma matéria do jornal “O Combate”, edição do dia 7 de janeiro de 1927, que se refere à região do Oiapoque da seguinte maneira: “A insalubridade do seu solo, todo pantanoso,

só permite nelle viver os caboclos de origem, já affeitos as febres e ao impaludismo (...). Uma terra que Deus esqueceu”.

O jornal “O Combate” tinha grande circulação no território brasileiro, sendo ele vinculado às forças armadas, especialmente aos militares do dissidente movimento Tenentista³. A matéria foi publicada no contexto da prisão de soldados rebelados que foram encaminhados ao presídio de Clevelândia do Norte, no Oiapoque.

No exercício do meu ofício de historiador e professor, frequentemente as pessoas expressam curiosidade sobre a localidade, conhecida como um dos pontos extremos no norte do país. Adolescente fazem provocações exageradas, ao perguntarem se o Oiapoque existe realmente (ou se é uma invenção, um mito).

O acesso ao município do Oiapoque não é simples, pois a precariedade dos meios de transporte e das estradas na região é uma realidade bem antiga. A única rodovia que liga Macapá, capital do estado do Amapá, ao Oiapoque – a BR-156, é parcialmente pavimentada, e no percurso da viagem os veículos atravessam terras indígenas, passando sobre pontes de madeira desgastadas pela ação do tempo.

A má conservação da estrada e as fortes chuvas do inverno regional chegam ao ponto de interditar a estrada, necessitando de máquinas potentes para rebocar os veículos em meio ao mar de lama (o inverno na Amazônia é marcado por intensas chuvas no período de dezembro a junho). Há a opção de viagens em aeronaves de pequeno porte das empresas locais, com altos custos.

Durante a viagem ao Oiapoque pela BR-156, frequentemente os passageiros são obrigados a descer para empurrar o ônibus em meio aos atoleiros, prosseguindo viagem com lama por todo o corpo.

Ressalta-se que o asfaltamento da BR-156 não foi concluído por se tratar de uma rodovia que corta vastos territórios indígenas. A celeuma jurídica se arrasta por décadas, e os originários habitantes daquelas terras argumentam que além de impulsionar a invasão, desmatamento e as queimadas, a rodovia avança mantendo aqueles povos em situação de vulnerabilidade, cabendo ao Estado a iniciativa de criar políticas públicas compensatórias e promotoras da cidadania.

³ Sobre o tenentismo, ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil - 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

A incorporação definitiva da região do Oiapoque ao Brasil é fato recente na história. O Tratado de Berna ou Laudo Suíço, que definiu o rio Oiapoque como a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, foi assinado em dezembro de 1900, e antes desse tratado a localidade foi o palco de intensas disputas territoriais envolvendo franceses e portugueses, e mais tarde franceses e brasileiros.

Em sua narrativa histórica, Santos (2001) demonstra que as terras que hoje compreendem o Amapá foram disputadas desde o século XVI, por portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses, sendo que os conflitos com os franceses foram mais intensos e duradouros. O primeiro tratado que se debruçou para tratar da questão dos limites fronteiriços é do ano de 1700, em que Portugueses e franceses assinaram o Tratado Provisional, determinando a neutralização da região, proibindo que franceses e portugueses se estabelecessem na região.

Mesmo que as autoridades do Amapá tenham aderido oficialmente à independência do Brasil⁵, em agosto de 1823, o norte do Amapá, incluindo todo o Oiapoque, continuou sendo reivindicado pela França⁶. Aliás, não apenas reivindicando, mas os franceses efetivamente ocuparam a região. A esse respeito, Santos escreve:

Aproveitando-se da revolta Cabana, devido à redução da vigilância brasileira na região, ali se estabeleceu, em 1835, uma guarnição militar, próxima do lago dos Bagres. O governador de Caiena, Lourens Choise, o mandante da ocupação, dia 26 de agosto desse mesmo ano comunicou sua decisão ao presidente da província do Grão-Pará (Santos, 2001, p. 32).

É importante ressaltar que a revolta Cabana, a qual se reporta o autor, foi o movimento popular realizado majoritariamente por pessoas e grupos vulneráveis que viviam na floresta. Defendia-se a dignidade para todos, o fim da opressão e a instalação de um governo democrático e popular. Tiveram combates intensos entre cabanos e forças oficiais entre 1831 e 1840, período em que os soldados brasileiros que vigiavam a citada fronteira foram destacados para combater a Cabanagem, o que gerou a vulnerabilidade na vigilância local.

⁴ Nota-se que o Amapá era parte integrante da província do Grão-Pará, passando a constituir-se em Território Federal do Amapá, em 1943, e em 1988 transformou-se em estado da federação.

⁵ Nota-se que quando D. João VI instalou a sede do reino unido em Rio de Janeiro, em 1808, uma das atitudes tomadas foi a ocupação da Guiana Francesa (Santos, 2001).

Dos conflitos entre brasileiros e franceses naquelas terras contestadas no Amapá, merece destaque a proclamação da República do Cunani, realizada pelo cidadão francês Julio Gross, em 1885, e a imposição do controle francês na área após o desmonte daquela República de curta duração.

As ações francesas e seus excessos contra os brasileiros na localidade gerou uma forte reação dos brasileiros. Foi criada uma junta governativa no Amapá, chamada triunvirato, e em 1894 foi criado o exército Defensor do Amapá, liderado por um comerciante chamado Francisco Xavier da Veiga Cabral (Santos, 2001, pp.45-55).

Após conflitos armados entre franceses e o Exército Defensor do Amapá, as relações diplomáticas entre Brasil e França ficaram estremecidas. O problema da fronteira foi decidido pelo governo da Suíça, e os argumentos do Barão do Rio Branco foram decisivos para que o Conselho Federal Suíço pronunciasse o Laudo Suíço, que definiu o rio Oiapoque como limite entre Brasil e Guiana Francesa.

Após a decisão do Tratado de Berna, o governo brasileiro criou a colônia agrícola de Clevelândia do Norte, com o objetivo de ocupar efetivamente aquela fronteira. Em maio de 1922 a vila foi inaugurada, contando com amplos e confortáveis prédios, construídos para receber os colonos que foram destacados do Nordeste para a localidade. Referindo-se ao projeto de construção da vila, Rogério Alicino (1971) se reporta a um boletim oficial formulado em 1923 pelo “doutor Heráclito de Souza Araújo”, afirmando que “este grupo de prédios é o melhor que se encontra desde Belém até Oiapoque” (Rogério, 1971, p. 37). A inauguração da vila deu início oficial às atividades agrícolas levadas a cabo pelos colonos, e paulatinamente, a densa floresta cedeu lugar à produção agrícola frutífera, leguminosas e outras atividades, segundo o autor.

Em 2002 fiz a leitura da obra *Clevelândia do Norte*⁶ (1971), quando eu exercia a docência no departamento de História da Universidade Federal

⁶ O livro enfatiza o papel do Estado como demarcador da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, através das articulações que possibilitaram a assinatura do Tratado de Berna, em 1900, destacando a influência do Barão do Rio Branco nesse processo. Em 134 páginas, Alicino traça a sequência cronológica dos acontecimentos que desencadearam a criação da vila agrícola de Clevelândia do Norte, iniciando as narrativas com as expedições européias ao Cabo Norte, no final do século XV e no século XVI, a conquista e a colonização portuguesa na região, os conflitos territoriais com os franceses, a Proclamação da República no Brasil e seus impactos na localidade, a definição do Tratado de Berna, até à construção da vila. Segundo Alicino, a criação da colônia agrícola de Clevelândia do Norte teve início com a formação de uma comissão parlamentar composta por senadores, que visitaram a região e decidiram construir a vila, inaugurada em maio de 1922.

do Amapá, Campus Oiapoque. Achei curioso que o autor era o padre Rogério Alicino e que a publicação tenha ocorrido pela editora do Exército em 1971. Minha curiosidade ficou ainda mais aguçada quando o autor narra sobre o funcionamento da Vila agrícola de Clevelândia do Norte, e de repente a Vila se transforma num presídio, sem mais esclarecimentos sobre os motivos da transformação ou sobre os presidiários e suas origens.

Tudo estava correndo bem em fins de 1924. Mas foi mesmo neste comenos que algo de estranho se insinuou, por força maior, nas estruturas da colônia, refrendo-lhe a tenaz e febril vontade de prosseguir no seu entendimento, malogrando-lhe o papel de tal forma que quase acaba por destruí-la. (Alicino, 1971, p. 92)

“Algo de estranho se insinuou” é a expressão que o autor utiliza para se referir à chegada dos primeiros presidiários em Clevelândia do Norte, em dezembro de 1924, transformando a colônia agrícola numa prisão. A afirmativa de que essa mudança foi negativa para o projeto original da Vila, por ter desestruturado o progresso até então alcançado pelos colonos, foi uma das poucas considerações feitas pelo autor sobre a brusca mudança citada.

Decidi investigar sobre a origem dos presidiários e sobre o funcionamento do presídio. Realizei sistemáticas leituras sobre a história e a historiografia da primeira república brasileira, apresentei um projeto de pesquisa e fui aprovado no Programa de Pós-Graduação em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Pesquisando nos arquivos de imprensa no Arquivo do estado de São Paulo, na Biblioteca Nacional e no Arquivo do estado de Minas Gerais, encontrei dezenas de matérias denunciando a brutalidade do Estado brasileiro contra sindicalistas, ativistas políticos, pessoas em situação de rua de todas as idades, menores infratores, estrangeiros e outros atores sociais considerados perigosos pelo governo vigente. O jornal “O Combate”, numa matéria publicada no dia 12 de janeiro de 1927, trouxe o depoimento de “um distinto moço paulista”, que não se identificou, narrando a sua trajetória, desde a prisão em Catandubas até os últimos dias no presídio, afirmando que de Catandubas os presos caminharam 12 dias até a cidade de Iriti, onde embarcaram num trem e viajaram até Curitiba e de lá, foram para o porto de Paranaguá e dali seguiram para o Rio de Janeiro no navio “Cuyaba” e no Rio foram transportados para o navio “Caxambu. Segundo o depoente, depois de 15 dias viajando, chegaram na montanha *Largent*, na Guiana Francesa,

e de lá embarcaram no navio “Oyapock” e seguiram até uma localidade chamada Santo Antônio (no Oiapoque), onde desembarcaram e seguiram caminhando pela floresta durante uma noite inteira, atravessando igarapés (pequenos rios) e pântanos. Durante o caminho, muitos homens, fatigados, desistiam de caminhar e esperavam amanhecer para prosseguir. No presídio, encontravam “de tudo quanto se possa imaginar de hostil e nocivo à humanidade”, diz o rapaz, que complementou narrando sobre as epidemias e mortes dos presos: “o médico do hospital de Clevelândia, dr. Joaquim Paulo, mais parecia um aliado da morte”.

Os presidiários que sobreviveram àquela saga, quando retornaram às suas cidades, com a dissolução do presídio em 1927 denunciaram na imprensa que foram obrigados a assinar um documento declarando que nunca sofreram qualquer tipo de violência ou privação naquele presídio. Assinar o documento era condição para ganhar a liberdade.

Considerando que não estou propondo um exaustivo estudo sobre o presídio de Clevelândia do Norte, seguirei na análise dos significados do Oiapoque apresentado ao longo da história.

Quando a imprensa brasileira se empenhou nos debates sobre o presídio de Clevelândia do Norte, especialmente a partir do ano de 1927, um aspecto que foi exaustivamente explorado foi uma determinada visão sobre aquele local, no meio da floresta. A denominação mais comum para se referir à região foram: “inferno verde”, “Sibéria brasileira”, “jardim dos suplícios”, “desterro da peste e da morte”, “selvas pestilentas”, “lugar inóspito”, entre tantas outras. O jornal “O Combate”, edição do dia 7 de janeiro de 1927, se refere ao Oiapoque da seguinte maneira: “A insalubridade do seu solo, todo pantanoso, só permite nelle viver os caboclos de origem, ja affeitos as febres e ao impaludismo (...). Uma terra que Deus esqueceu”.

Talvez aí esteja tanto desconhecimento sobre o Oiapoque e até a dúvida se de fato esse lugar existe: “o lugar que Deus esqueceu”. Talvez o poder público se inspire aí para invisibilizar o lugar e seus habitantes, que padecem pela ausência de políticas públicas.

Esta é uma visão ainda corrente nos dias atuais. Os alunos do ensino básico e universitário têm dificuldade em localizar geograficamente o Oiapoque, lugar descrito pelo sindicalista Domingos Braz, no jornal “A Plebe”, como “uma região que nem sequer é nomeada nas geographias”.

Quando a imprensa e a própria historiografia tratam o tema Clevelândia do Norte, o Oiapoque é apresentado como um lugar de

desterro ou de degredo. A categoria desterro pressupõe o banimento para um lugar distante da pátria (o degredo era pena de desterro imposta a criminosos), uma concepção que preconiza o Oiapoque como um lugar fora do Brasil.

No artigo intitulado “Clevelândia do Norte – aqui começa o Brasil!” (2003), Romani reflete sobre o presídio de Clevelândia do Norte, e no corpo da sua narrativa histórica ficam algumas considerações que merecem análise. O Oiapoque é descrito pelo autor como uma região erma (desabitada), um local que ainda hoje os seus habitantes não se firmaram na identidade nacional brasileira.

O Oiapoque é uma região em que, historicamente, há a confluência de muitos povos de origens distintas. O povo Galibi⁷, por exemplo, que vive na fronteira com a Guiana Francesa e se reivindica pertencente a grupos indígenas que migraram do Caribe, antes da chegada dos portugueses no Brasil.

A visão que discrimina a Amazônia e particularmente o Oiapoque ecoa desde as primeiras expedições da conquista europeia na região. Os primeiros viajantes europeus registraram a estranheza e o deslumbramento que tiveram na passagem pelo Cabo Norte, no final do século XV e início do século seguinte. Algo semelhante é a impressão que Euclides da Cunha teve quando participou das expedições de reconhecimento da região, no início do século XX. Ele descreveu a região amazônica como um “vasto e luxuoso salão da natureza”, onde o homem era “ainda um intruso impertinente” (Cunha, 1975, p. 116).

No final da década de 1920, a voz majoritária da imprensa brasileira difundia a ideia que o encaminhamento dos presidiários para o Oiapoque foi uma punição exemplar para a dissidência política. A floresta, os rios, o rio Oiapoque e as doenças tropicais foram os muros naturais e naturalizaram o extermínio de centenas de presidiários. Ir para o presídio no Oiapoque era quase uma sentença de morte.

O município do Oiapoque é atualmente um lugar de confluência de povos, línguas e tradições diversas. Os problemas sociais estão escancarados para qualquer pessoa que chegar à localidade. Se antes

⁷ O nome Galibi é uma derivação de Caribe.

os principais conflitos foram relacionados à demarcação da fronteira nacional, os conflitos de hoje são de outra ordem: o crime organizado, a questão indígena, as ameaças ao bioma local, o desmatamento, a biopirataria, o crime organizado, o tráfico de drogas, de armas, prostituição, desemprego, subemprego, carência de infraestrutura e de serviços públicos, entre outros.

Refletir sobre as questões do presente, dialogando com o passado, é um esforço necessário para identificarmos as continuidades e os novos desafios colocados para a sociedade do Oiapoque e para o poder público.

Atualmente o mundo tem voltado os seus olhares para a Amazônia, e o estado do Amapá, mais especialmente o município de Oiapoque pode ser considerado um lugar de proteção ambiental efetiva, em que a presença dos povos indígenas é marcante, com seus rituais, línguas, cosmologias e modos próprios de organizações políticas fortalecidas.

No entanto, o pouco compromisso do Estado com políticas públicas de segurança, de direitos humanos e de proteção ambiental não converge com o empenho dos povos originários e tradicionais, e nem com a necessidade do empenho do poder público no combate ao desmatamento, à poluição das nascentes e mananciais, enfim, os esforços são tímidos no combate às crises ambientais que afetam a humanidade.

O projeto de exploração do petróleo na região é mais um capítulo de descaso com a população local, que vive ansiosa para saber o que está acontecendo, uma vez que a própria comunidade científica e os movimentos ambientalistas estão denunciando os perigos do projeto e a necessidade de consultar a população local. Não há disposição espontânea para o cumprimento da legislação que estabelece a realização da consulta prévia, livre, informada e de boa-fé, a menos que a sociedade civil se organize e pressione o poder público para que os proponentes se manifestem e deem explicação sobre o que estão projetando, e como a sociedade local será envolvida e beneficiada com projeto petrolero.

Para os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, camponeses, mulheres, pessoas de pertencimento LGBTQIA+, extrativistas e outros grupos vulnerabilizados que vivem na região, o Oiapoque permanece como a terra que Deus esqueceu. A esperança é que em tempos de valorização da Amazônia, tal situação seja superada e os grupos sociais vulnerabilizados sejam reconhecidos, inclusive financeiramente, pelo serviço de proteção à floresta que prestam para o mundo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os dias 10 a 21 de novembro de 2025 será realizada a COP 30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), que acontecerá na cidade de Belém do Pará, situada na Amazônia, região vista pelo mundo como símbolo da luta contra as mudanças climáticas.

A expectativa é que a COP 30 reúna líderes de 200 países, além de ambientalistas, indígenas, cientistas, empresários e representantes da sociedade civil. A ideia é debater e propor medidas efetivas para reduzir as emissões de GEE (gases de efeito estufa), proteger biomas e garantir um futuro mais tranquilo para o planeta e para as gerações futuras.

A esperança é que diante de todas as mobilizações estatais e da sociedade civil, a humanidade consiga avançar na direção do equilíbrio climático e na superação de todas as crises socioambientais enfrentadas pela humanidade no presente.

Certamente será também uma possibilidade para que a sociedade e a localidade do Oiapoque deixem de ser vistas como a “Sibéria brasileira”, e passe a ser entendida como um grande jardim que todos devem proteger. E a proteção diária do jardim precisa continuar a ser feita por quem já cuida dele: os povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, mas a partir de agora com reconhecimento, respeito, valorização e segurança promovida pelo poder público.

Assim, o Oiapoque passaria a ser visto como a “farmácia do planeta”, local com grande potencial no combate ao desequilíbrio climático e com potencial para pesquisa que promovam a cura de males que afetam a humanidade.

De lugar pestilento e Jardim dos suplícios, o Oiapoque e seu povo poderá ser visto como o lugar do reencantamento das relações socioambientais. O lugar onde o Brasil começa pode vir a ser o espaço de onde se possa narrar sobre a vida e a resistência na floresta. Oiapoque, lugar de onde se pode adiar o fim do mundo, lembrando a obra do intelectual Ailton Krenak.

4 REFERÊNCIAS

ALICINO, R. **Clevelândia do Norte**. Guanabara: Biblioteca do Exército Editora, 1971.

CUNHA, E. da. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: INL, 1976.

BRITO, E. M. de. **Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte**: repressão, resistência e disputa política no debate da imprensa. 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRITO, E. M. de. **A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia do Espírito Santo**. 2012. 184 f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENEZES, L. M. de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

PINHEIRO, P. S. **Estratégias da Ilusão**: a revolução mundial e o Brasil - 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RAMOS, G. **Memórias do Cárcere** (v.1 e v.2). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1952.

SANTOS, F. R. **História do Amapá**. Macapá: Vulcan, 2001.